

***Recursos e Atrativos Naturais na Região Turística  
Baixada Verde (RJ): Uma Análise Sobre o Município  
de Magé***

***Natural Resources and Attractions in the Baixada Verde  
Tourist Region (RJ): An Analysis of the Municipality of  
Magé***

**Daiane Tavares**

Mestranda em Turismo pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói/RJ, Brasil.  
E-mail: daianetavares@id.uff.br

**Larissa Pacheco**

Mestranda em Turismo pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói/RJ, Brasil.  
E-mail: laissapacheco@id.uff.br

*Artigo recebido em: 13-11-2023*

*Artigo aprovado em: 25-11-2023*

## RESUMO

A Baixada Fluminense tem sido estigmatizada pelo seu histórico de descaso público, violência e insegurança. Desde o ano de 2017 os gestores públicos dos municípios da região em parceria com o Observatur Baixada Verde têm se reunido com a intenção de mudar a imagem da região e promover o seu desenvolvimento por meio do turismo. Um dos resultados dessa parceria foi a realização do inventário turístico do município de Magé, considerado uma das etapas do planejamento turístico. Diante dos dados levantados, o presente trabalho tem como objetivo analisar os recursos e atrativos naturais de Magé, pontuando as suas fragilidades e potencialidades. Como procedimentos metodológicos foram realizadas pesquisas bibliográficas e análises documentais, assim como técnicas de observação, visitas in loco para o mapeamento dos atrativos, marcação das coordenadas no GPS Essentials, aplicação de formulários (INVTUR-MTUR) e criação de um banco de imagens. Para análise dos dados e elaboração de um diagnóstico sobre Magé, foi construída uma Análise SWOT. Como resultados, as principais fragilidades identificadas foram a falta de sinalização turística dos elementos naturais, crimes ambientais nas Unidades de Conservação e ausência de fiscalização ambiental. Como potencialidades, a maioria dos atrativos apresentaram capacidade para o desenvolvimento do turismo nas seguintes segmentações turísticas: turismo de aventura, turismo pedagógico, ecoturismo e de lazer; além da possibilidade de criar circuitos incluindo os atrativos naturais e culturais, e roteiros integrados com os municípios circunvizinhos.

**Palavras-chave:** Planejamento Turístico. Inventário da Oferta Turística. Atrativos Naturais. Baixada Verde. Magé.

## ABSTRACT

Baixada Fluminense has been stigmatized for its history of public neglect, violence and insecurity. Since 2017, public managers from municipalities in the region, in partnership with Observatur Baixada Verde, have met with the intention of changing the image of the region and promoting its development through tourism. One of the results of this partnership was the creation of a tourist inventory for the municipality of Magé, considered one of the stages of tourist planning. Given the data collected, the present work aims to analyze the natural resources and attractions of Magé, highlighting their weaknesses and potential. As methodological procedures, bibliographical research and documentary analysis were carried out, as well as observation techniques, on-site visits to map attractions, marking coordinates in GPS Essentials, application of forms (INVTUR-MTUR) and creation of an image bank. To analyze the data and prepare a diagnosis about Magé, a SWOT Analysis was constructed. As a result, the main weaknesses identified were the lack of tourist signage of natural elements, environmental crimes in Conservation Units and the absence of environmental inspection. As potential, most of the attractions presented capacity for the development of tourism in the following tourist segments: adventure tourism, educational tourism, ecotourism and leisure; in addition to the possibility of creating circuits including natural and cultural attractions, and itineraries integrated with surrounding municipalities.

**Keywords:** Tourism Planning. Tourist Offer Inventory. Natural Attractions. Magé.

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, existem 12 regiões turísticas no estado do Rio de Janeiro. Para a nomenclatura das regiões, busca-se vincular os nomes às características e ofertas de cada região (SETUR, 2023). Entre elas está a Região Turística Baixada Verde, composta por 10 municípios que, juntos, abrangem cerca de um terço das áreas naturais de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (TURISRIO, 2018). Um dos municípios que se integram a essa região turística é Magé, objeto de estudo da presente investigação.

No ano de 2017, a gestão do turismo da Baixada Verde se mobilizou para promover o desenvolvimento da atividade e transformar a imagem social da região através do turismo, frequentemente associada a percepções de violência (Kalaoum & Trigo, 2021). Esse episódio culminou na criação da Instância de Governança Regional e do Observatório de Turismo da região (Fogaça et al., 2020), importantes instrumentos de planejamento e gestão de destinos turísticos (Pacheco et al., 2023; Fogaça, Tavares & Kalaoum, 2023).

Nesse ínterim, Magé se destaca por apresentar relevância significativa para fins de desenvolvimento do turismo na Baixada Verde. Além de dispor de uma riqueza histórica composta por diversos atrativos de patrimônio cultural material e imaterial, o município ainda desfruta de um proeminente patrimônio natural, repleto de beleza cênica, com florestas do bioma Mata Atlântica, picos, praias, cachoeiras, poços e importantes Unidades de Conservação (UCs), como o Parque Natural Municipal Barão de Mauá (PNMBM), parte da Área de Proteção Ambiental Guapimirim (APA Guapimirim) e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), evidenciando o potencial do município a ser desenvolvido como destino turístico (Silva, 2019; Tavares & Pacheco, 2019).

Na literatura do turismo é possível encontrar estudos sobre a articulação da IGR Baixada Verde e as experiências do Observatur (Fogaça et al., 2020; Fogaça, Costa & Mendonça, 2021), além de trabalhos que discutem o potencial turístico da região em contraste com a violência (Kalaoum & Trigo, 2021; 2022). No que tange às áreas naturais da Baixada Verde, predomina na literatura estudos sobre o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - PNMNI (Queiroz & Vallejo, 2017; Santos, Gomes & Cordeiro, 2020; Oliveira & Fogaça, 2021), enquanto as áreas verdes de Magé, no âmbito do turismo, são ressaltadas no contexto do PARNASO, que abrange parte do município (Lima & Nascimento, 2018; Pessoa & Santos, 2022). Portanto, não são encontrados estudos que se aprofundem na potencialidade dos recursos e atrativos naturais de Magé, tampouco no diagnóstico turístico deles.

Dessa forma, o estudo se justifica pela inexistência de pesquisas sobre o tema da potencialidade e planejamento do turismo no âmbito dos atrativos naturais em Magé. A escolha do tema também possui um viés pessoal, pois as autoras são residentes da Baixada Verde e já atuaram ativamente no Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde, realizando o Inventário da Oferta Turística de Magé; oportunidade que deu o pontapé inicial para o desenvolvimento desta investigação.

Portanto, tem-se como problema de pesquisa: quais são as potencialidades e fragilidades dos recursos e atrativos naturais de Magé para o desenvolvimento do turismo? Para responder à questão, o estudo tem como objetivo analisar o potencial turístico e a infraestrutura existente dos recursos e atrativos naturais de Magé (RJ). A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e análise documental, cuja abordagem é de natureza qualitativa. Para coleta de dados foi realizado trabalho de campo e aplicados formulários do Inventário da Oferta Turística (INVTUR MTUR) para inventariação dos elementos naturais de Magé.

O texto está estruturado da seguinte forma: Introdução; Revisão de Literatura com os temas Planejamento Turístico e a caracterização da região turística Baixada Verde e município de Magé; Metodologia; Resultados e Discussão. E por fim, apresenta-se a Conclusão, sem a intenção de esgotar o assunto, mas abrir caminhos para futuras investigações.

## 2. PLANEJAMENTO TURÍSTICO: DEFINIÇÕES, CARACTERÍSTICAS E ETAPAS

O turismo é “uma atividade que consome o espaço geográfico, exige a construção de infraestrutura, utiliza-se de recursos turísticos, integra a população nativa e pode degradar o ambiente” (Bissoli, 2001, p. 14). Portanto, é um fenômeno complexo que envolve uma série de variáveis, podendo na sua prática influenciar positivamente ou negativamente o local onde a atividade é inserida. Não se pretende apontar os impactos da atividade turística neste momento, mas salientar a importância do planejamento para o bom desenvolvimento do turismo, como meio de traçar o futuro desejado.

Para Barreto (2002) o planejamento não é algo estático, mas é uma atividade que engloba fatores concomitantes que carecem de coordenação para se almejar um objetivo estabelecido para o futuro. Já Beni (1999, p. 12) conceitua o planejamento turístico como o processo de interferir na realidade a partir de três pontos importantes: “[...] o estabelecimento de objetivos, definição de cursos de ação e determinação da realimentação, já que a atividade apresenta enorme interdependência e interação de seus componentes”. Para o autor, o planejamento turístico está inserido no Sistema de Turismo (Sistur), no Conjunto das Relações

Estruturais, dentro do subsistema de Superestrutura que inclui as políticas, o planejamento e a gestão da atividade.

Bissoli (2001) também visualiza o planejamento turístico como um processo, que tem como alvo a análise da atividade em um determinado espaço geográfico. Para Braga (2007) a avaliação deve ser do núcleo receptor, ou seja, da comunidade, da oferta turística, demanda real e potencial, além dos destinos concorrentes. A análise (ou avaliação) é o diagnóstico do desenvolvimento da atividade turística que, após ser realizada, requer a fixação de um modelo de atuação para impulsionar e coordenar o turismo. Neste modelo devem ser estabelecidos os objetivos, metas, estratégias e diretrizes (Bissoli, 2001) em prol do desenvolvimento sustentável da atividade, que servirá de base para ordenar as ações da gestão pública e direcionar a gestão privada (Braga, 2007).

O planejamento pode ser dividido em três níveis: preventivo, corretivo ou misto (Braga, 2007). O planejamento preventivo acontece antes do destino turístico se desenvolver, quando é possível ordenar, controlar e orientar o futuro desejável para a localidade. Já o planejamento corretivo acontece quando o destino já recebe o fluxo turístico, mas não está alcançando o desenvolvimento sustentável. Enquanto o misto engloba as ações preventivas e corretivas no destino.

Apesar da existência de diferentes tipos de modelos para o planejamento turístico na literatura, são encontrados denominadores comuns entre eles, como o inventário (recursos e atrativos existentes), diagnóstico (análise da situação atual) e prognóstico (projeções futuras) (Fratucci & Almeida, 2020). Essas fases juntamente com os objetivos, metas, estratégias e diretrizes (Bissoli, 2001) formam o Plano de Desenvolvimento do Turismo, documento norteador do turismo para destinos.

A primeira fase, é a realização do inventário turístico, que

[...] consiste em levantar, identificar, registrar e divulgar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as estruturas de apoio ao turismo, as instâncias de gestão e outros itens e condições gerais que viabilizam a atividade turística, como base de informações para que se planeje e gerencie adequadamente o processo de desenvolvimento (Brasil, 2011, p. 20).

Para ter conhecimento e poder gerenciar a oferta turística é preciso inventaria-la, uma vez que, por meio desses dados, a gestão pública, iniciativa privada, planejadores e visitantes passam a obter uma visão do patrimônio turístico do destino (Almeida; Fogaça & Soares, 2020). Portanto, todos os serviços e atrativos do objeto de estudo que tenham alguma relação com o turismo são levantados. O inventário serve como um catálogo do que tem no destino, seja ele

turístico ou potencial turístico (Fratucci & Almeida, 2020). A partir do reconhecimento do que existe é possível identificar as potencialidades e fragilidades do destino.

Diante da diversidade de modelos de inventariação turística no Brasil, o Ministério do Turismo (MTur), no ano de 2006, enxergou a necessidade de padronizar esta metodologia e desenvolveu o projeto Projeto de Inventário da Oferta Turística – INVTur. O intuito era padronizar e disponibilizar os inventários realizados pela gestão pública no site do INVTur, fazendo com que os dados fossem amplamente disponíveis para fins de planejamento e gestão. Além disso, uma das metas do projeto era envolver instituições de ensino para aplicabilidade do inventário, o que aconteceu em diferentes estados do país (Mtur, 2006).

O material do INVTur passou por ajustes no ano de 2010, a partir do convênio firmado com o Instituto para o Desenvolvimento da Economia, do Indivíduo, do Ambiente e da Sociedade – IDEIAS, no estado do Rio de Janeiro. Atualmente, embora o INVTur tenha caído em desuso, os materiais usados para as pesquisas e o modelo de instrumento de coleta de dados continuam disponíveis na página oficial do MTur, sendo indicados para a realização de inventários em todos os estados do Brasil (Almeida, Fogaça & Soares, 2020).

No modelo INVTur foram definidos 54 formulários no total, divididos em três categorias: Categoria A - Infraestrutura Básica; Categoria B - Equipamentos e Serviços Turísticos; e Categoria C - Atrativos e Recursos Turísticos. É na categoria C que são apresentados os recursos e atrativos naturais. É importante salientar a diferença entre recurso e atrativo, pois recurso turístico significa a matéria-prima do turismo, que tem potencial para tornar-se um atrativo turístico. Enquanto os atrativos turísticos são elementos prontos para visitação, que já foram adaptados e estruturados (Braga, 2007).

Após a inventaria o, os dados recolhidos permitem a realiza o do diagnóstico do destino. Para o diagnóstico são relacionados às informaçoes do inventário, os critérios de avalia o e, por fim, a análise (Braga, 2007). Para realizar a análise existem diferentes práticas e métodos, dentre eles menciona-se a análise SWOT, uma ferramenta de gestão consolidada no mercado e na academia para realiza o do planejamento estratégico de empresas e projetos (Da Silva, 2020). A sigla SWOT significa: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças), conhecida também como Análise FOFA. O inventário e o diagnóstico são as bases do prognóstico, ou seja, a proje o futura do que se espera do desenvolvimento do turismo no destino. Por fim, realiza-se um plano de desenvolvimento turístico, com os objetivos e a oes que a gestão deve se basear para o planejamento do turismo (Almeida, Fogaça & Soares, 2020).

## 2.1 A Região Turística Baixada Verde e o Município de Magé

Localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense abrange o total de 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Em contraponto, a Região Turística que compreende a maior parte do território da Baixada Fluminense se denomina Baixada Verde. Ela é composta por 10 desses municípios, excluindo-se somente Itaguaí, Guapimirim e Paracambi, que estão inseridos nas regiões turísticas Costa Verde, Serra Verde Imperial e Vale do Café, respectivamente.

**Figura 1** - Mapa dos municípios da Região Turística Baixada Verde (RJ)



Fonte: Observatur Baixada Verde (2019)

Com um relevo formado por extensas planícies (Silva, 2019), os 10 municípios da Baixada Verde possuem juntos, aproximadamente, 2.210 km<sup>2</sup> e cerca de 3,6 milhões de habitantes (IBGE, 2021). Historicamente, o território relativo à Baixada Verde sofre com problemáticas sociais ligadas a, principalmente, questões de pobreza, violência e falta de infraestrutura (Kalaoum & Trigo, 2021). Essas debilidades resultam de processos de periferização e ausência de políticas públicas de ordenamento urbano nessa região ao longo dos anos (Silva, 2019).

Apesar das adversidades sociais, a região possui um imponente potencial turístico detentor de um rico patrimônio histórico-cultural e natural, constituído por portos, sítios arqueológicos, igrejas, ferrovias, escolas de samba, praias, cachoeiras e parques naturais (Guimarães, 2010; Kalaoum & Trigo, 2021). Nesse sentido, o turismo passa a ser percebido como uma alternativa para o desenvolvimento da região, na perspectiva de melhoria da infraestrutura local e qualidade de vida da população (Fogaça et al., 2020).

Dentro da Baixada Verde, o município de Magé se destaca na oferta turística em potencial relacionada às suas diferentes possibilidades de atrativos (Lima, 2019). Fundado em 1566, Magé possui uma extensão total de 386,8 km<sup>2</sup>, que correspondem a cerca de 8% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os municípios de Duque de Caxias, Petrópolis e Guapimirim mais a Baía de Guanabara fazem limites com Magé, que por sua vez está dividido em 6 distritos (Barreto et al., 2020), conforme demonstrado na imagem abaixo.

Figura 2- Distritos do município de Magé (RJ)



Fonte: Avifauna Magé (2013)

O patrimônio natural de Magé se evidencia a partir da beleza cênica resultante de paisagens, como áreas verdes, praias, rios, cachoeiras, mangues, morros e trilhas. Contudo, o patrimônio natural do município é constantemente atingido por episódios que impactam na conservação do seu ambiente, como o derramamento de óleo, remoção da fauna e flora do ecossistema de manguezal, despejo de lixo e esgoto nos rios e mares e a falta de manutenção generalizada (Lima, 2019). Dessa forma, ao mesmo tempo que se observa um rico patrimônio com diversidade de elementos naturais, é percebido também que estes são carentes de medidas de responsabilidade ambiental. Nesse contexto, o desenvolvimento do turismo no município se apresenta como um fator de salvaguarda do seu patrimônio natural a longo prazo (Damas, 2020), desde que planejado de forma sustentável, transformadora e coordenada com as múltiplas variáveis e agentes sociais do turismo (Beni, 1999; Barreto, 2002; Braga, 2007).

Sendo assim, o investimento em turismo nas áreas naturais de Magé é capaz de fomentar diversos segmentos, como o ecoturismo, agroturismo, cicloturismo, turismo de aventura, de sol e praia e de base comunitária; além da possibilidade de agregar esses segmentos com o turismo

histórico-cultural (Lima, 2019). Porém, apesar da grande diversidade de recursos naturais em Magé, eles não estão adequadamente preparados para atividade turística, pois recebem poucos investimentos em infraestrutura e divulgação (Tavares & Pacheco, 2019). Diante dessa realidade, ressalta-se a necessidade do levantamento de potencialidades e fragilidades dos recursos naturais da cidade, com vistas a auxiliar nos processos de gestão e planejamento do turismo de forma apropriada, conforme a situação atual do território (Fratucci & Almeida, 2020).

### 3. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa caracteriza-se como exploratória, cujo objetivo é familiarizar-se com um assunto ainda desconhecido e inexplorado (Gil, 1999), como é o caso da análise dos elementos naturais de Magé para o turismo. Quanto à sua abordagem, é classificada como qualitativa, pois tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como peça fundamental (Triviños, 1987).

Os procedimentos metodológicos podem ser divididos em duas etapas: planejamento e execução. No primeiro momento foi realizada uma pesquisa de gabinete em fontes secundárias disponíveis na internet, a fim de levantar, preliminarmente, os possíveis recursos e atrativos naturais de Magé. Após o levantamento dos dados, foi realizado o mapeamento dos pontos de interesse no aplicativo *Google Earth*. Nesta etapa, também foi feita uma análise documental das legislações sobre os recursos naturais de Magé, o Plano Diretor do Município de Magé (2006), Regimento Interno da Câmara Municipal e do Plano Estratégico Baixada Verde (2017).

Na segunda etapa de execução da pesquisa, foi realizado um trabalho de campo durante três dias, em cinco distritos de Magé: Magé, Santo Aleixo, Rio do Ouro, Guia de Pacobaíba e Vila Inhomirim. O objetivo da visita in loco era conhecer e avaliar os recursos e atrativos naturais de Magé, marcando as coordenadas no programa GPS Essentials, com finalidades cartográficas. Para este momento obteve-se o acompanhamento do diretor de turismo da Secretaria de Turismo de Magé e de um guia de turismo local.

Como instrumento de coleta de dados foi aplicada a técnica da observação em campo. Na pesquisa de campo foram aplicados formulários do MTur (INVTUR), para a inventariação dos recursos e atrativos naturais de Magé. Além de inventariados, os elementos foram georreferenciados e fotografados, facilitando a criação de um banco de imagens e a construção de um inventário georreferenciado. A sistematização dos formulários aplicados contou com a convalidação conjunta com a equipe, o Observatório de Turismo da Baixada Verde e os gestores

públicos da Secretaria de Turismo de Magé. Com os formulários validados e sistematizados foi possível criar um banco de dados, o que é um grande avanço para Magé e para toda a região da Baixada Verde.

Após a construção do banco de dados iniciou-se a análise de dados. Para isso, utilizou-se a ferramenta de Análise SWOT, pois ela permite apontar e organizar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, correlacionando esses fatores. Por meio desta ferramenta de avaliação também é possível identificar os elementos referentes ao ambiente interno e externo do objeto de estudo. As forças e fraquezas se referem ao ambiente interno do objeto analisado, correspondendo à sua situação atual. Enquanto as oportunidades e ameaças se relacionam aos fatores externos, trata-se de previsões e cenários futuros (Da Silva et al., 2020).

Os dados foram analisados e sistematizados na matriz SWOT, que serviram de subsídios para traçar o diagnóstico de Magé no que tange o desenvolvimento da atividade turística. Para sintetizar as etapas realizadas apresenta-se a figura (3) a seguir:

Figura 3 - Etapas da execução da realização do Inventário e do Diagnóstico.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

É importante mencionar que a pesquisa faz parte de um projeto maior, oriundo do Observatório de Turismo da Baixada Verde em parceria com o município de Magé, que tinha como objetivo a construção do Plano de Desenvolvimento do Turismo, após as etapas de inventariação, diagnóstico e prognóstico. Mas, nesta pesquisa, nos atentamos às etapas de inventariação e diagnóstico, com foco nos atrativos e recursos naturais de Magé.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através das pesquisas de gabinete e de campo, foram inventariados, no total, 29 recursos naturais. Para um diagnóstico mais preciso os dados serão apresentados pelas seis zonas distritais de Magé, sendo elas, em ordem: Magé, Santo Aleixo, Rio do Ouro, Suruí, Guia de Pacobaíba e Vila Inhomirim.

**Quadro 1** - Panorama dos recursos naturais do município de Magé por distrito.

Distritos	Recursos Naturais	Situação identificada
Magé (1º distrito)	Praia de Piedade Praia e Mangue de Porto Velho Morro da Monda ou Morro das Almas	Praias impróprias para banho, falta de sinalização turística, carência na preservação de espécies, mau estado de conservação, falta de acesso, ausência de oferta de serviços ao redor
Santo Aleixo (2º distrito)	Cachoeira Andorinhas Cachoeira do Monjolo e Monjolinho Cachoeira Escondida do Escorrego Cachoeira Pegada do Gigante Cachoeira do Pau a Pique Cachoeira do Ponto Final Cachoeira e Poço do Tamanqueiro Cachoeira Batatal Poço da Macumba Poço da Padaria Poço da Sereia Reserva El Nagual Ecolodge Refúgio	Construções irregulares nas áreas de preservação ambiental, falta de acessibilidade, presença de lixos, crimes ambientais, ausência de sinalização, falta de estacionamento regular, sobrecarga de visitação e tráfego intenso na alta temporada
Rio do Ouro (3º distrito)	APA Petrópolis Cachoeira Grande Véu da Noiva CEPTA Poço das Mulatas Poço da Cachoeirinha	Crimes ambientais, falta de acessibilidade, ausência de sinalização de acesso e turística, presença de moradias irregulares, conflitos entre moradores e visitantes, descaso e abandono.
Suruí (4º distrito)	APA Suruí Rio Suruí	Águas impróprias para uso. Não foi possível realizar trabalho de campo
Guia de Pacobaíba (5º distrito)	Praia de Mauá Praia de Olaria Praia de São Francisco Parque Natural Municipal de Barão de Mauá (PNMBM)	Impróprias para banho, dificuldade de delimitação da área de cada praia por serem vizinhas, falta de sinalização turística, ausência de infraestrutura e oferta de serviços ao redor, como hospedagens, ciclovias, estacionamento, centro de informação ao turista e guaritas.
Vila Inhomirim (6º distrito)	Cachoeira de Pau Grande Trilha Histórica Caminho do Ouro Horto Municipal	Intervenções antrópicas, como lixos, churrasqueiras improvisadas em pneus, pichações e construções de escadas, mesas e bancos de concreto e tubulações para distribuição de água para uso privado de empresa local, acesso principal fácil, porém com trilhas irregulares ao redor e ausência de sinalização turística.

Fonte: Autoras (2023)

Nota-se que no município são encontradas diversas praias nos distritos de Magé e Guia de Pacobaíba que são consideradas impróprias para banho por estarem localizadas ao fundo da Baía de Guanabara. Em geral, as praias possuem características bem parecidas por estarem uma ao lado da outra em seus respectivos distritos. Em campo, foi possível observar que não há variedade de hospedagem pela orla, com exceção de 1 hotel, que também funciona como bar, em mau estado de conservação. Contudo, há uma oferta de restaurantes variada pela orla, a maioria deles tendo o peixe como prato principal, o que atrai o visitante pela gastronomia. Percebe-se que muitas pessoas pedalam de bicicleta pela orla, todavia, não há ciclovia no local e os pedestres precisam dividir a calçada junto com os ciclistas. Aponta-se que a construção de

uma ciclovia no local deixaria a paisagem mais harmônica, o deslocamento mais confortável e ainda se tornaria um fator de impulsionamento do cicloturismo no município (Tavares & Pacheco, 2019).

No distrito de Guia de Pacobaíba não se encontram estacionamentos regulares, centros de informação turística e sinalização turística ao longo da orla. Por outro lado, há telefones públicos, ambulatório médico, quadra poliesportiva, iluminação, sanitários e bancos de concreto na calçada. Já no distrito de Magé, devido a revitalização do histórico Píer da Praia de Piedade, em 2019, investimento em infraestruturas complementares foram realizadas na área, como sinalização turística, letreiro instagramável, lixeiras, brinquedos infantis, academia ao ar livre, feiras de artesanato local e ampla opções de bares e restaurantes próximos, além de ter se tornado um ponto receptor de eventos públicos e ações sociais na cidade.

A falta de sinalização turística aflige não somente a maior parte das praias, mas também as trilhas, cachoeiras e mangues. Além de não possuir sinalização, observou-se ausência de fiscalização e controle de entrada no mangue de Porto Velho e no PNMBM, deixando em risco de conservação as espécies características desse ecossistema. Recentemente, no final do ano de 2021, houve um entusiasmo da gestão pública para revitalizar o PNMBM a partir da melhoria da infraestrutura. O projeto visa a construção de um observatório da fauna e flora local, alojamento para pesquisadores, banheiros, lanchonetes e o fomento de atividades educacionais com crianças de escolas públicas, moradores e turistas; todavia, ainda não foi concluído (Prefeitura de Magé, 2021).

Já as trilhas de acesso aos morros e cachoeiras também são, majoritariamente, tomadas pela vegetação crescente, sendo assim modificadas para caminhos improvisados e irregulares. Durante o longo percurso da trilha histórica do Caminho do Ouro, foi observado apenas uma placa indicando seu nome e história. Por outro lado, na metade do ano de 2023, deu-se início a um projeto de sinalização turística na cidade, começando pelos atrativos histórico-culturais. Em setembro de 2023 realizou-se a sinalização do primeiro trecho da trilha TransMagé, passando pela Cachoeira Grande Véu da Noiva (Prefeitura de Magé, 2023).

Com relação às cachoeiras e poços inventariados, foi comum encontrar uma série de crimes ambientais devido à falta de fiscalização, como construções irregulares feitas de concreto, por exemplo, bancos, mesas, sacadas, chão, piscinas com piso, banheiros e dentre outras estruturas improvisadas, geralmente construídas pelos bares que existem em torno dos recursos. É frequente a ocorrência de outros elementos proibidos por lei como oferendas religiosas, garrafas de vidro, churrasqueiras, pneus, pichações, embalagens plásticas e outros lixos abandonados ao redor. Essas intervenções agravam os problemas ambientais e a

conservação dos recursos para fins de turismo e lazer, impactando negativamente no desenvolvimento do turismo no município (Lima, 2019).

Além da falta de fiscalização, sinalização turística e irregularidades, destaca-se ainda relações de conflito de interesses entre os moradores, visitantes e empresas, que deveriam unir esforços para uma gestão democrática do turismo. Essa situação pode ser observada na Cachoeira de Pau Grande, no distrito de Vila Inhomirim. No local há 3 açudes sobre propriedade de uma fábrica de refrigerante regional, protegidos com guaritas na entrada para a proibição do acesso; enquanto o espaço público se refere à queda d'água da cachoeira. A maior parte do volume de água do local é utilizada unicamente para o abastecimento da empresa, situação que se reflete em falta de abastecimento de água para os moradores de Vila Inhomirim. Nota-se então uma disputa em relação ao usufruto deste recurso natural. Nesse sentido, caso cresça a visitação deste recurso sem o planejamento adequado, o turismo pode vir a se tornar um fator desencadeador de mais confrontos.

Outro exemplo é a Cachoeira Grande - Véu da Noiva no distrito de Rio do Ouro, onde existe um açude pertencente a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) de acesso restrito. Observou-se que os próprios residentes do local utilizam desse pretexto para fixar placas com escritos de "Proibido a Entrada de Pessoas Estranhas" ao longo dos acessos da cachoeira, intimidando assim a entrada de visitantes. Essa reação pode estar associada a insatisfação dos moradores com a ausência de planejamento e gestão da visitação no local.

As cachoeiras e poços de Magé costumam apresentar superlotação em meses de alta temporada, isto é, no verão. Devido à sobrecarga de visitação nessa época do ano, a prefeitura do município instituiu alguns procedimentos de acesso às cachoeiras, conhecido como Operação Verão. Essa medida visa o controle do intenso tráfego de visitantes e veículos nas ruas ao redor dos poços e cachoeiras durante os finais de semana, através do processo de identificação prévia e pagamento de taxas, limitando assim o acesso de turistas e o estacionamento de automóveis (Prefeitura de Magé, 2022). No entanto, essa medida de fiscalização é considerada pontual, descontínua e insuficiente para atenuar os impactos negativos de uma visitação desfreada em alta temporada na visão dos moradores e até gestores do turismo do município (Lima, 2019).

Percebe-se que a infraestrutura básica e turística é deficiente nos recursos e atrativos, sendo precária até mesmo para os residentes, com exceção das praias nos distritos de Magé e Guia de Pacobaíba que apresentam um certo grau de infraestrutura, apesar de ainda incipiente. Essas carências estão relacionadas à falta de saneamento básico, coleta de lixo, iluminação,

segurança, escassez de instalações como bancos/caixas eletrônicos, postos de informação turística, estacionamentos, telefones, sanitários e bebedouros públicos, hospedagens e estruturas de lazer como praças com parquinho para crianças ou academia ao ar livre. A má infraestrutura para atender as necessidades dos moradores somadas à baixa oferta de serviços de qualidade ao redor dos atrativos para atender a demanda turística dificultam o desenvolvimento do turismo no município.

### Análise geral do município de Magé

Para sintetizar as informações levantadas e analisar o município de Magé de forma geral no que tange aos recursos e atrativos naturais, foi realizada uma Análise SWOT, apresentada no quadro (7) a seguir:

Quadro 7 - Análise SWOT

Ambiente Interno	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Presença do COMTUR em harmonia com a Secretaria de Meio Ambiente</li> <li>● Presença da Secretaria de Turismo de Magé nas reuniões da Região Turística Baixada Verde</li> <li>● Criação do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR)</li> <li>● Recursos naturais com potencial turístico</li> <li>● Variedade de cachoeiras e poços</li> <li>● Beleza cênica dos atrativos naturais;</li> <li>● Proximidade entre os recursos e atrativos naturais, possibilitando a criação de roteiro e circuitos turísticos</li> <li>● Ampla oferta de restaurantes próximo às praias</li> <li>● Vínculo de recursos naturais, em determinados distritos com o patrimônio histórico-cultural de Magé</li> <li>● Criação da Operação Verão</li> <li>● Relevo propício a segmentos como ecoturismo e turismo de aventura</li> <li>● Incentivo a agricultura e agroecologia</li> <li>● Variedade de UCs no município e no entorno</li> <li>● Visitação consolidada em alguns atrativos naturais</li> <li>● Engajamento e interesse por parte da Secretaria de Turismo para o desenvolvimento do turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Crimes e descumprimento de leis ambientais</li> <li>● Falta de sinalização de acesso e turística</li> <li>● Ausência de fiscalização ambiental</li> <li>● Presença de lixo</li> <li>● Abandono e depredação dos atrativos naturais</li> <li>● Sobrecarga de visitação e aumento do tráfego durante a alta temporada (verão)</li> <li>● Pouca atenção aos atrativos naturais relacionados ao turismo no plano diretor</li> <li>● Construções irregulares nos atrativos</li> <li>● Ausência de acessibilidade</li> <li>● Falta de acesso e acesso com trilhas irregulares</li> <li>● Ausência de oferta de serviços ao redor</li> <li>● Demarcação imprecisa dos limites de Áreas de Proteção Ambiental</li> <li>● Precarização da infraestrutura básica</li> <li>● Praias impróprias para banho</li> <li>● Carência na preservação de espécies</li> <li>● Apropriação indevida dos atrativos por moradores</li> <li>● Desconhecimento de alguns atrativos por parte dos moradores</li> <li>● Conflitos entre moradores e visitantes</li> <li>● Falta de abastecimento de água</li> <li>● Carência de informações por parte da gestão de turismo e gestão ambiental local</li> <li>● Ausência de Plano de Manejo das UCs de Magé</li> <li>● Ocupação irregular ao entorno das cachoeiras por parte dos estabelecimentos</li> <li>● Intervenções antrópicas</li> </ul>

Ambiente externo	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Crescimento da demanda por segmento de turismo de aventura, ecoturismo, lazer e turismo pedagógico</li> <li>● Valorização dos atrativos naturais através do fomento ao turismo e lazer</li> <li>● Demanda direcionada ao corredor turístico Santo Aleixo – Rio do Ouro</li> <li>● Pluralidade de fauna e flora local</li> <li>● Progresso da consciência e educação ambiental da população</li> <li>● Eclosão do turismo pedagógico em áreas como Horto Municipal, CEPTA, Trilha Caminho do Ouro, Igrejas históricas e as UCs</li> <li>● Possibilidade de integração dos recursos naturais e culturais em alguns distritos de Magé</li> <li>● Desenvolvimento da mobilidade pelo município</li> <li>● Maior aproveitamento das praias</li> <li>● Geração de emprego e renda nos distritos</li> <li>● Melhoria da autoestima da população e geração do sentimento de pertencimento através da educação ambiental e do contato com os recursos naturais</li> <li>● Participação do município na Região Turística Baixada Verde, com possibilidade para criação de roteiros integrados</li> <li>● Possibilidade de criar roteiros integrados com os municípios circunvizinhos</li> <li>● Preservação do meio ambiente por parte dos moradores através da educação ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Rejeição por parte dos visitantes para realização de atividades na Baía de Guanabara</li> <li>● Falta de incentivos e recursos por parte da administração pública</li> <li>● Perda da oportunidade de implementar a educação ambiental e pedagógica nos atrativos naturais com moradores e visitantes</li> <li>● Degradação dos recursos naturais</li> <li>● Ausência de participação da população local</li> <li>● Insegurança para os <u>mageenses</u></li> <li>● Perda de demanda para as cidades concorrentes</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

A partir da implementação das etapas de inventariação dos atrativos e recursos naturais e a elaboração do diagnóstico de Magé, as potencialidades e fragilidades do destino foram identificadas (Fratucci & Almeida, 2020). Percebe-se o despreparo do município com relação ao exercício do planejamento e gestão do turismo de forma estratégica nos seus recursos naturais, com vistas no setor como um potencializador do desenvolvimento econômico e social de Magé e da região turística em que está inserido (Kalaoum, 2019; Fogaça et al., 2020).

As fraquezas mais evidentes giram em torno dos crimes ambientais que, por sua vez, precarizam a utilização dos recursos naturais para fins de turismo, como a poluição das praias (Barreto et al., 2020). Por outro lado, alguns desses crimes são retratos de uma atividade turística praticada de forma desorganizada e espontânea, como as construções irregulares forjadas como infraestrutura para os visitantes. Assim, os aspectos de fraqueza que incidem sobre os recursos naturais do município precisam ser atenuados, para que os recursos estejam

preparados para se tornar atrativos turísticos e sua utilização seja organizada de forma a conservá-los a partir do turismo (Damas, 2020).

Em contrapartida, nota-se que Magé possui uma variedade de forças com relação aos seus recursos naturais. A diversidade de recursos naturais no município proporciona belas paisagens e ampliam as possibilidades de opções de lazer e turismo, tanto para visitantes quanto para os moradores. Assim, identificou-se o potencial de desenvolver os segmentos de lazer, turismo pedagógico, ecoturismo e turismo de aventura no município. Há potencial para esportes como rapel, ciclismo, escalada, motocross, mountain bike, asa delta, parapente e trilhas de diversos níveis de dificuldade, devido ao seu relevo composto por muitos picos, serras e morros (Tavares & Pacheco, 2019; Silva, 2019).

Além disso, diante da proximidade geográfica dos recursos, é possível montar corredores turísticos integrando distintos atrativos e, conseqüentemente, diferentes distritos, a fim de dinamizar e aumentar a oferta turística do município. A articulação entre os atrativos não precisa se limitar ao âmbito natural, principalmente no caso de Magé, que também conta com uma variedade de atrativos histórico-culturais. A criação de roteiros turísticos integrados fomenta o efeito multiplicador do turismo e favorece o município como um todo, gerando assim oportunidades de emprego e renda para a população local (Fogaça et al., 2020). Assim, os distritos de Magé podem se integrar de forma complementar no que se refere à oferta turística, a partir da criação de roteiros turísticos, que podem se estender para os municípios vizinhos, como Petrópolis, e até mesmo os demais destinos da região turística Baixada Verde. Dessa forma, agrega-se valor ao produto turístico de Magé, a partir da conjunção e fortalecimento das interfaces entre turismo, natureza, cultura e história (Lima, 2019).

Apesar da potencialidade existente, observa-se que os recursos naturais necessitam ser mais bem estruturados. A fiscalização pontual não é o suficiente, é necessário também realizar investimentos em infraestruturas, que garantam a segurança e bem-estar dos turistas, a conservação do meio ambiente e a geração de emprego, renda e lazer para os moradores, visando o desenvolvimento sustentável do turismo em Magé (Fogaça et al., 2020). Para isso, a infraestrutura turística da cidade precisa ser trabalhada, com investimentos, principalmente, em sinalização, sanitários, meios de hospedagens, controle de entrada e manutenção de trilhas. Igualmente, a infraestrutura básica de Magé requer melhorias no saneamento básico, coleta de lixo, fiscalização ambiental e segurança urbana (Barreto et al., 2020; Dama, 2020; Kalaoum & Trigo, 2021).

A educação ambiental, assim como sensibilização e conscientização quanto ao uso dos recursos naturais do município são ações urgentes e necessárias, tendo em vista o diagnóstico

levantado (Barreto et al., 2020; Damas, 2020). Para isso, faz-se importante a mobilização e articulação dos gestores ambientais com os gestores de turismo do município, uma vez que a parceria e a cooperação entre eles são essenciais para o ordenamento e conservação dos recursos e atrativos, a partir do desenvolvimento da atividade turística em espaços naturais (Lima, 2019; Fogaça et al., 2021).

Portanto, com base em Braga (2007), verifica-se que o planejamento necessário no caso dos recursos naturais de Magé é o misto, pois deve harmonizar ações preventivas e corretivas. Isso porque, apesar de não estar consolidado, o turismo nos recursos naturais de Magé já apresenta sinais significativos, a partir da existência de visitas, seja por parte de moradores ou visitantes dos municípios ao entorno (Lima, 2019; Tavares & Pacheco, 2019; Fogaça et al., 2020). Uma vez ausente o devido planejamento, essa atividade ocorrida de forma desordenada impacta negativamente os recursos naturais. Além disso, a ausência de percepção de valor econômico e social sobre os recursos da cidade enfraquece o senso de conservação sobre eles. Nesse sentido, a inventariação e diagnóstico do atual cenário dos recursos naturais de Magé, formam base para o planejamento e a gestão adequada destes para fins de turismo como fator de desenvolvimento econômico e social da cidade (Fratucci & Almeida, 2020; Almeida, Fogaça & Soares, 2020).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação revelou as potencialidades e fragilidades dos recursos e atrativos naturais de Magé, cumprindo assim o objetivo estabelecido. Os dados apresentados evidenciam o potencial de Magé, embora existam diversos desafios para o desenvolvimento sustentável do turismo. Consoante a inexistência de estudos que se aprofundem no tema dos recursos naturais e no diagnóstico turístico do objeto de pesquisa, o trabalho pode contribuir positivamente para a literatura do turismo e para a gestão pública de Magé.

As análises evidenciaram o potencial do destino para os segmentos de lazer, turismo pedagógico, turismo de aventura e ecoturismo. Além da possibilidade de complementar a oferta com os atrativos culturais existentes que estão próximos aos recursos naturais. A regionalização é um dos pontos fortes mencionados, tendo em vista a participação ativa dos gestores públicos de Magé nas reuniões e eventos da Região Turística Baixada Verde. Os municípios limítrofes Petrópolis e Guapimirim também são importantes parceiros para o planejamento, visto que algumas UCs perpassam os três destinos.

Conforme abordado na literatura, o planejamento turístico é uma forma de intervir na realidade a partir da definição e coordenação de estratégias de acordo com a realidade do destino (Beni, 1999; Barreto, 2002; Fratucci & Almeida, 2020; Almeida, Fogaça & Soares, 2020). Dentre as fases do planejamento, o levantamento da oferta turística e da situação atual de Magé foram as etapas realizadas, mas faltam pesquisas sobre a demanda real e a demanda potencial.

Como agenda de pesquisa, sugere-se o levantamento da demanda a fim de compreender o perfil de quem visita os atrativos naturais de Magé, bem como os visitantes em potencial. Além da investigação com os moradores, para que seja possível identificar se eles enxergam os recursos levantados como atrativos ou potenciais atrativos turísticos. A partir da análise das respostas a gestão poderá traçar novas ações em prol do desenvolvimento do turismo e da sensibilização da população local.

Além da pesquisa de demanda, é preciso alinhar o prognóstico do município e por fim, elaborar o Plano de Desenvolvimento do Turismo com os objetivos, metas, estratégias e diretrizes (Bissoli, 2001). Planejar e colocar em prática o que foi planejado são desafios diferentes. Muitos programas e projetos governamentais permanecem no papel por falta de recursos ou por simplesmente serem apenas ações partidárias, quando muda o governo, o planejamento da gestão anterior é descartado.

Um documento como o inventário tem prazo de validade, sendo necessário alimentá-lo e atualizá-lo constantemente para que não fique defasado (Fratucci & Almeida, 2020; Almeida, Fogaça & Soares, 2020). A universidade foi uma importante parceira para a sua elaboração em Magé, mas é preciso dar andamento nas fases do planejamento para que os documentos elaborados sejam aproveitados. A tomada de decisão na gestão pública precisa estar pautada nas necessidades e potencialidades dos municípios, e não apenas em desejos pessoais ou achismos. Portanto, o plano deve ser uma das bases para ordenar as ações da gestão pública e orientar a gestão privada (Braga, 2007).

## REFERÊNCIAS

- Almeida Moraes, C. C., Fogaça, I. F., & Soares, C. A. L. (2020). Inventário turístico: Constatações e considerações. *Caderno Virtual de Turismo*, 20(1).
- Barreto, A. D., Paiva, A. F., Nunes, D. B., Mello, S. C. R. P., & de Seixas Filho, J. T. (2020). Relações socioambientais nas áreas de manguezais na cidade de Magé no estado do Rio de Janeiro. *Revista Augustus*, 25(50), 92-110.
- Barreto, M. (1991). *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Papirus
- Beni, M. (1998). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac.

- Beni, M. (1999). Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. *Turismo em Análise*, 10(1), 7-17.
- Beni, M. C. (2011). *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. (3a ed.) São Paulo: Aleph – Série Turismo.
- Bissoli, M. A. M. A. (2001). *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informações*. (2a ed.) São Paulo: Futura.
- Braga, D. C. (2007). *Planejamento turístico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2006). *Projeto Inventário da Oferta Turística*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2011). *Inventário da Oferta Turística*. Brasília: Ministério do Turismo.
- da Silva, D. M., de Oliveira, F. E., dos Santos Barroso, H., & da Silva Wanzeler, J. (2020). Aplicação da análise SWOT no planejamento turístico de Tucuruí-Pa. *Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea*, 1(02), 35-52.
- Damas, M. T. (2020). Turismo sustentável: reflexões, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 13(2). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.9578>
- Fogaça, I. F., Costa, M. A. M., & Mendonça, T. C. M. (2021). Planejamento turístico, arranjos de gestão participativa e a importância da extensão universitária: a experiência na região Turismo da Baixada Verde. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 36(1), 437-449. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i36.9467>
- Fogaça, I. F., Mendonça, T. C. M., Costa, M. A. M., & Catramby, T. C. V. (2020). Observatório de turismo e lazer da Região Turística Baixada Verde: experiência e resultados. *Caderno Virtual de Turismo*, 20(1). <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.20n1.2020.1754>
- Fogaça, I. F., Tavares, D. E. S. & Kalaoum, F. (2023, setembro). Planejamento Regional do Turismo: desafios da região turística Baixada Verde. XX Seminário Anptur, Niterói/RJ, Brasil. Recuperado Novembro, 10, 2023 de <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/20/3352.pdf>.
- Fratucci, A. C., & de Almeida Moraes, C. C. (2020). Inventário da oferta turística: Reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, 20(1).
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Guimarães, V. L. (2010). Da capital nacional da violência à Nova Baixada: a emergência do turismo na Baixada Fluminense (RJ). *Anais do Museu Histórico Nacional* 42, p. 215-227.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). *Cidades e Estados*. Ministério da Economia.

- Kalaoum, F. (2019). O turismo como uma das alternativas para o desenvolvimento local do município de Queimados (RJ). *Revista Mosaico*, 10(2), 58-65.  
<https://doi.org/10.21727/rm.v10i2.1840>
- Kalaoum, F., & Trigo, L. G. G. (2021). A região turística da Baixada Fluminense (RJ): entre o verde e a violência. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 15(2), 1-19.
- Kalaoum, F., & Trigo, L. G. G. (2022). Violência, Lazer e Turismo na Baixada Fluminense-Verde. *Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade*, 14(4). 1073-1095  
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i4p1073>
- Lima, J.S.R., & Nascimento, J.L. (2018). Aves na Gaiola: Ocorrência da Caça nas Áreas de Abrangência do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. 11º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, Brasil, 2525-4928.
- Lima, M. A. G. (2019). Turismo de Base Comunitária em Magé (RJ/Brasil): Tecendo Conexões Entre Turismos, Naturezas e Culturas nos Caminhos da Serra Do Mar. [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].  
[http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019\\_Dout\\_Marcelo\\_Augusto\\_Lima-1.pdf](http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019_Dout_Marcelo_Augusto_Lima-1.pdf)
- Oliveira, C., Gomes, E. F., Racaneli, F. C., Velásquez, G. G., & Lopes, M. R. (2012). A hotelaria hospitalar como uma nova perspectiva de atuação em organizações de saúde. *Turismo: Estudos e Práticas*, 1(2), 191-209.
- Oliveira, M. P. M., & Fogaça, I.F. (2021). O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: Um Bem Patrimonial Na Baixada Fluminense/RJ. In Angelo, E.R.B (Ed.), III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio (pp. 1 - 16). Editora Cravo.
- Pessoa, F. A., & Santos, B.C. (2022). Quem Tem Limite é Município e Bacia Hidrográfica! Os Caminhos da Travessia da Serra dos Órgãos. 11º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, Brasil, 2525-4928.
- Prefeitura de Magé. (2022). Magé divulga procedimentos para acesso às cachoeiras. Magé, Brasil. <https://mage.rj.gov.br/destaque/mage-divulga-procedimentos-para-acesso-as-cachoeiras/>.
- Prefeitura de Magé. (2021). Parque Natural Municipal Barão de Mauá Vai Receber Projeto Pioneiro no Estado. Magé, Brasil. <https://mage.rj.gov.br/informacoes/parque-natural-municipal-barao-de-maua-vai-receber-projeto-pioneiro-no-estad/>
- Prefeitura de Magé. (2023). Magé Inicia Sinalização Rústica em Trilhas e Cachoeiras. Magé, Brasil. <https://mage.rj.gov.br/destaque/mage-inicia-sinalizacao-rustica-em-trilhas-e-cachoeiras/>.
- Queiroz, E. D., & Vallejo, L. R. (2017). Uso Público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu-RJ: Trilhando entre Possibilidades e Dificuldades. Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Brasil, 2175-8875.

- Santos, J. S. C., Gomes, C. H. M., & Cordeiro, J. S. S. (2020). Potencialidades Do Parque Natural Municipal De Nova Iguaçu Na Região Turística Baixada Verde (RJ). *Anais do Uso Público em Unidades de Conservação*, 8(12), 01-11. <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2020.v8n12p1>
- SETUR. (2023). Mapa do Turismo 2023: Rio de Janeiro conta com 71 cidades cadastradas até o momento. Rio de Janeiro, Brasil. <http://www.turismo.rj.gov.br/noticias/mapa-do-turismo-2023-rio-de-janeiro-conta-com-71-cidades-cadastradas-ate-o-momento/>
- Tavares, D. E. S. & Pacheco, L. (2019). O cicloturismo como atividade de lazer e turismo no município de Magé. In: Saldanha, L., Decastro, J., & Balassiano, R. (Orgs.) II Encontro para o Desenvolvimento do Cicloturismo: Circuitos de cicloturismo e Unidades de Conservação. (pp. 70-79). Rio de Janeiro: COPPE - UFRJ.
- Silva, L. H. P. (2019). Hildebrando de Goes e sua leitura sobre História da Baixada Fluminense. *Ágora*, 21(1), 106-118.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo*. São Paulo: Atlas.
- TURISRIO. (2018). Plano Estratégico do Turismo da Baixada Verde é concluído. Rio de Janeiro, Brasil. [http://www.turisrio.rj.gov.br/detalhe\\_noticia.asp?ident=1430](http://www.turisrio.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?ident=1430).

---

#### FORMATO PARA CITAÇÃO DESTA ARTIGO

Tavares, D., & Pacheco, L. (2024). Recursos e Atrativos Naturais na Região Turística Baixada Verde (RJ): Uma Análise Sobre o Município de Magé. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 12(1), 170-190. DOI: 10.21680/2357-8211.2024v12n1ID34609

---